CONGRESSO

Senado

PPS tenta garantir punição de ACM e Arruda

Partido pretende entrar com representação para evitar que senadores saiam ilesos do processo

RENATA GIRALDI
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – O PPS prepara uma ofensiva para o caso de os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) saírem ilesos do processo que investiga a violação do painel eletrônico do senado. O senador Roberto Freire (PPS-PE) quer evitar que eles escapem da punição e está empenhado em abrir processo de cassação por meio de uma representação encaminhada em nome do partido à Mesa Diretora do Senado. "É uma precaução para evitar surpresas", disse o senador.

Coincidência ou não, o relator do processo no Conselho de Ética, senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), avisou ontem que o documento, que será apresentado na próxima quarta-feira, vai conter a sugestão de pena a ser aplicada contra ACM e Arruda.

Ed Ferreira/AE

O relator Saturnino: "Vou manter a indicação de qual seria a solução e quem quiser que questione"

"Vou manter a indicação de qual seria solução", afirmou ele. "Quem quiser que questione." A resposta é uma reação às insinuações de que ele não faria recomendações no seu relatório para evitar interpretações de que estava prejulgando, possibilitando argumentos para a defesa dos dois senadores acusados.

Apesar da pressão da oposição e da firmeza do relator, a avaliação de parlamentares experientes é que o clima pró-cassação está esfriando. As causas apontadas são as articulações para criação da CPI da Corrupção e a demissão de Fernando Bezerra, que ocupava o Ministério da Integração Nacional. "Saindo dessa fase aguda, os senadores poderão ter mais tempo e refletir melhor, fora do ambiente de pressão", comentou Paulo Souto (PFL-BA), um dos principais integrantes da tropa de choque de ACM.

Manobras – Os defensores de ACM tentam encontrar meios para atrasar o processo. A mais nova descoberta é a possibilidade de que o caso possa necessitar de dois requerimentos separados, denominados projetos de resolução. Na prática, poderia obrigar a designação de dois relatores e prazos de defesa diferentes, protelando ainda mais as punições. Ainda há dúvidas sobre a legalidade desta estratégia, porém consultas foram encaminhadas à Mesa. A alternativa animou os carlistas e mereceu piada dos críticos. "Como politicamente um (ACM) é mais amparado do que o outro (Arruda), é possível que separe", disse Jefferson Péres (PDT-AM).

CARLISTAS PROMETEM PROMOVER ATRASOS

Em meio ao esforço para identificar alternativas, os carlistas prometem pedir vistas e encaminhar requerimentos com objetivo de impedir o andamento do processo.

Eles se empenham também para evitar que Saturnino, que já demonstrou ser favorável à punição, seja designado relator na segunda fase de análise no conselho. No entanto, o bloco da oposição mantém o apoio ao senador fluminense que será orientado por seu partido a assumir a vaga de titular, quando houver nova eleição para o conselho. O mandato dos atuais integrantes acaba em 30 de junho.

A oposição também se vê às voltas com problemas: para manter Saturnino, terá de convencer Lauro Campos (DF), que deixou o PT e portanto não está mais formalmente ligado ao bloco, a abrir mão da sua vaga no conselho. O ex-petista se recusa, sob alegação que já abriu "mão de tudo o que o PT quis e que agora será diferente". Se ele permanecer, Péres, um dos críticos mais vorazes da conduta de ACM e Arruda, será obrigado a sair. "Eu saio, não tem problema algum, não estou ávido para votar", garantiu Péres.